

PERIFERIAS



Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostra a realidade da vida de quem está na informalidade do mercado de trabalho e revela os desafios para a organização política destes trabalhadores, que são a maioria nas periferias do Brasil.

Foto: Paulo Pinto

A informalidade e a organização popular

O governo Bolsonaro apresentou uma agenda de ações para seus cem primeiros dias que, especialmente na parte econômica, capitaneada por seu ministro da Economia, Paulo Guedes, significa a tentativa de implementação absoluta de uma agenda neoliberal de desresponsabilização do Estado sobre garantia de emprego e direitos trabalhistas, com o conseqüente aprofundamento da informalidade.

Entre essas ações, propõe-se, por exemplo, a existência de uma Carteira de Trabalho nas cores verde e amarela, destinada prioritariamente aos jovens, com a qual estes poderiam ser empregados sem nenhum direito trabalhista, equiparando tal tipo de acesso ao mercado de trabalho, ao trabalho informal. Esse avanço das políticas de austeridade características destes tempos neoliberais tem retirado das relações de trabalho a centralidade da organização da vida social e política, seja no Brasil, seja em outras partes do mundo.

Isso tem impacto direto não apenas sobre as condições de vida da maioria da população, mas sobre a qualidade da vida política da democracia.

O aumento da informalidade que se vislumbra na conjuntura nacional e a ação política institucional de

atores do mercado financeiro aprofundam o fosso existente entre pobres e ricos, brancos e negros, mulheres e homens. O resultado é a reprodução da polis grega em sua literalidade, sem recursos a metáforas.

O modelo de sociedade política da polis grega é paradigmático das sociedades ocidentais e todas aquelas que analisam o processo político do Brasil. Um modelo que envolve um processo de decisão aberto, participativo, coletivo de reflexão e discussão sobre os assuntos relativos à Polis. Central neste modelo de democracia, o envolvimento de todos os cidadãos, por meio da participação popular nas decisões políticas - feita diretamente, elegendo seus representantes, ou mesmo por meio de plebiscitos ou câmaras e conselhos de participação social - é um dos pilares que sustenta a legitimidade de qualquer sistema. Isto é: sem participação de todos, não há democracia.

O Brasil foi, ao longo do século 20, ampliando seu processo de democratização neste quesito, assim como viu multiplicar-se os instrumentos de interferência do povo na política, com diversas inovações institucionais em níveis municipais, estaduais ou federal. Seu ápice pode ser considerado a organização política dos trabalhadores em partidos po-

líticos e a eleição de um sindicalista, membro das classes populares, como presidente da República por um partido de trabalhadores.

Todavia, reconhecendo esse legado considerável de organização política dos trabalhadores brasileiros, essa se deu especialmente em torno de bandeiras de luta de ampliação de direitos trabalhistas ancorados na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), ainda que nosso país sempre tenha possuído uma quantidade imensa de trabalhadores informais, à margem de qualquer regulação pública do trabalho, o que inclusive caracteriza o seu histórico do mundo do trabalho.

Muito embora esse histórico possa ser considerado uma herança do período escravista, é necessário reconhecer, como apontaram Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, em 1979, que os expedientes de segregação e produção de desigualdades ganharam independência no capitalismo brasileiro, e que as discriminações de raça, classe e gênero atuam com certa interdependência uma das outras.

Assim, o contingente populacional expelido pela escravidão nunca foi incorporado à sociedade de classes por meio da sua integração formal, com todos os direitos constitucionais, sociais, civis e políticos que o continente branco o fora. Conservando assim, uma desigualdade profunda em todas as áreas da vida social, inclusive quanto à formalização do trabalho, como é possível observar a partir dos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 (Pnad 2018).

Desigualdades de raça e gênero

Analisando os dados da última Pnad 2018, referente ao quarto trimestre do ano, verificamos nitidamente as desigualdades de raça e gênero relacionadas à formalização do trabalho e suas decorrências também na renda desses trabalhadores e trabalhadoras. Quase metade da população preta ou parda está na informalidade: 46,9%. O percentual entre a população branca é bem menor: 33,7%.

Ainda que o nível de informalidade em geral esteja equivalente entre homens e mulheres, 40,8% delas não têm registro, enquanto 40,7% delas estão na mesma situação, quadro alcançado por meio de

uma forte formalização do trabalho das mulheres ao longo da primeira década dos anos 2000, em algumas atividades as diferenças entre homens e mulheres segue alarmante. É o caso da agropecuária e agricultura, em que 66,8% dos homens e 75,5% das mulheres não têm registro, e, principalmente, dos serviços domésticos, no qual 57,3% dos homens frente a 71,2% das mulheres exercem a função sem carteira assinada.

Além da ausência de direitos trabalhistas a renda do trabalhador informal é menos da metade da renda de quem é registrado. Em 2017, o conjunto dos informais recebia, em média, 48,5% dos rendimentos dos formais. A desigualdade se manteve na comparação por sexos e raça. Uma mulher informal recebeu, em média, 73% de um homem na mesma condição e uma pessoa preta ou parda na informalidade recebeu 60% de um branco na mesma situação.

Informalidade no Brasil contemporâneo

O cenário delineado pela Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo “*Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*” expõe alguns dos obstáculos para a organização dos trabalhadores informais. Entre eles, destaca-se, por exemplo, a ausência de tempo disponível para a organização política, reuniões, encontros, assembleias.

Nos relatos dos próprios trabalhadores obtidos nas entrevistas da pesquisa verifica-se que o trabalhador informal, para conseguir dar conta de seu sustento e sobrevivência material, aloca todo seu tempo em atividades relacionadas ao trabalho, com jornadas diárias de mais de dez horas. Tal ausência de tempo para além do trabalho, há a consciência de que se o informal autônomo abrir mão de horas de trabalho para participar de alguma manifestação política, ele inevitavelmente não receberá por essas horas.

Como todo o tempo é usado para o trabalho, falta tempo também para programação e para o planejamento econômico, profissional e pessoal. Quando os sujeitos não se põem a pensar sobre a próxima semana, o próximo mês ou ano, as expectativas quanto ao futuro vão decaindo e isso gera uma bai-

xa expectativa quanto a melhorias de condições de vida, o que pode refletir numa acomodação com a situação vivida e em uma visão de dispensabilidade e negação das organizações políticas.

Mas é necessário pensar também sobre a outra face deste contexto político e econômico. Neste outro lado temos os setores rentistas, que vivem de produção de valor em exercício do trabalho. Uma camada privilegiada e diminuta da sociedade que prescinde da dedicação ao trabalho por dispor de renda disponível para seu sustento e reprodução. Um grupo que possui todo o tempo de sua vida para fazer política. Daí, podemos observar a quantidade de grandes empresários no Brasil que tem direcionado seus esforços para a política, cujo maior exemplo é João Amoedo, que disputou a última eleição presidencial, cuja riqueza foi em parte herdada, em parte provinda do mercado financeiro. Amoedo agora dedica-se a construção de um partido político, o Partido Novo.

Retomando a relação com o mito de fundação da democracia ateniense por meio da participação dos cidadãos na ágora, na verdade, que este não era um direito de todos, mas uma exclusividade de quem poderia ser considerado cidadão - homens (com tempo) livres, com propriedades e com escravos. Para que estes cidadãos pudessem dedicar-se à política, havia uma maioria de escravizados que lhes provinha o sustento e realizavam o trabalho de produção material, assim como pelo menos metade da população, as mulheres, que eram res-

ponsabilizadas exclusivamente pelos trabalhos de reprodução social.

O trabalho e toda atividade necessária à reprodução material da sociedade articula-se com a disponibilidade para o tempo livre para providenciar a atividade política dos cidadãos e produzir cidadania; mas no caso da sociedade grega a cidadania chegou apenas para aqueles que dispunham de tempo livre para sua organização. Este mito fundacional da democracia ocidental foi trazido pelo brasilianista americano Michael G. Hanchard para pensar a democracia em países centrais como França, Inglaterra e Estados Unidos articulando três dimensões estruturantes da vida social, a política, a discriminação e o trabalho. É o mito grego se concretizando na realidade de diversos países.

Conforme exposto anteriormente, no Brasil a situação dos trabalhadores e trabalhadoras informais na prática quase inviabiliza sua participação política, quando seu tempo livre é tomado por atividades indispensáveis para sua sobrevivência material, e de modo profundo, quando suas expectativas são tolhidas pela impossibilidade de planejamento futuro. Temos então, uma maioria de negros e mulheres dando sustentação a um sistema político branco, masculino, exclusivista, oligárquico e segregado. A necessidade de mudanças profundas nessa realidade, através do diálogo, conscientização e organização do conjunto dos trabalhadores, formais e informais, é urgente para a agenda democrática da esquerda no Brasil.

Para saber mais:

The Spectre of Race: How Discrimination Haunts Western Democracy, de Michael Hanchard (Princeton University Press, Princeton, 2017)

Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil., de Carlos Hasenbalg (Editora UFMG, Belo Horizonte, 2005)

Informalidade: Realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro, de Léa Marques, Artur Henrique, Daniel Teixeira e Ludmila Abílio (Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2018.)